ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC MARCELO PETRILLE PACHECO

O DIREITO DO MAR E OS INTERESSES DO ESTADO COSTEIRO:

a importância do mar para o Estado brasileiro e a responsabilidade da Marinha do Brasil.

Rio de Janeiro

2009

CC MARCELO PETRILLE PACHECO

O DIREITO DO MAR E OS INTERESSES DO ESTADO COSTEIRO:

a importância do mar para o Estado brasileiro e a responsabilidade da Marinha do Brasil.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (IM) Leonardo José T. de Gusmão

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2009

RESUMO

A Convenção da Organização das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que entrou em vigor em 1994, teve como objetivo disciplinar a utilização e a exploração do mar pelos Estados, a fim de evitar ou minimizar os conflitos, principalmente movidos pelos interesses econômicos. Em 1987, o Brasil, já motivado por pretensões econômicas, iniciou o levantamento da sua plataforma continental, de modo a solicitar a extensão do limite exterior da mesma, conforme preconizado pela Convenção. No ano de 1988, o Estado brasileiro ratificou o acordo internacional, o que, além de legitimar a soberania sob o mar territorial e o direito de soberania sob a zona econômica exclusiva, lhe acarretou uma série de obrigações como, por exemplo, a respeito da preservação do ambiente marinho. Em 2007, o Brasil teve o pleito referente ao aumento da sua área de jurisdição anuído parcialmente, o que levou a realização de novos levantamentos de dados oceanográficos sobre as áreas não ratificadas. O mar é uma importante fonte de riquezas para a economia brasileira, seja devido aos recursos minerais, como os nódulos polimetálicos existentes no platô pernambucano; ao potencial pesqueiro; às riquezas energéticas como o petróleo e o gás natural; ou por ser uma via valiosa de transporte do comércio exterior brasileiro. A dependência econômica do Brasil em relação ao mar fica evidenciada pelo fato de que cerca de 95% do comércio exterior ser efetuado por esta via, bem como do mar ser extraído aproximadamente 80% do petróleo nacional. Assim, uma limitação no livre tráfego marítimo poderá trazer graves prejuízos à economia, na medida em que uma parcela do parque industrial brasileiro teria as suas atividades afetadas, em virtude da falta de matérias-primas importadas ou mesmo de fontes de energia como o petróleo e os derivados. O desenvolvimento tecnológico brasileiro e a potencialidade do pré-sal irão tornar esta dependência mais profunda. Cabe à Marinha do Brasil fiscalizar o cumprimento das leis no mar e, para isto deverá possuir meios e recursos humanos para efetuar a vigilância e a proteção das fronteiras marítimas nacionais, a fim de salvaguardar a soberania ou o direito de soberania sobre as suas águas jurisdicionais e sua plataforma continental, garantindo o desenvolvimento econômico do Brasil.

Palavras-chave: Direito do mar, importância do mar brasileiro, responsabilidade da Marinha do Brasil.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOE -	Barril de Óleo Equivalente
CCSM -	Centro de Comunicação Social da Marinha
CIRM -	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CLPC -	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNIO -	Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
DHN -	Diretoria de Hidrografia e Navegação
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EUA -	Estados Unidos da América
LEPLAC -	Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MB -	Marinha do Brasil
MT -	Mar Territorial
MN -	Milha Náutica
ONU -	Organização das Nações Unidas
PC -	Plataforma Continental
PDN -	Política de Defesa Nacional
PS -	Plataforma Submarina
REVIZEE -	Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva
SECIRM -	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
ZC -	Zona Contígua
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	HISTÓRICO.....	7
2.1	O Direito do mar.....	7
2.2	A regulamentação do mar brasileiro.....	10
3	OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR.....	11
4	A IMPORTÂNCIA DO MAR PARA O BRASIL.....	13
4.1	Aspecto histórico.....	13
4.2	Aspecto científico.....	13
4.3	Aspecto econômico.....	15
4.3.1	A pesca.....	16
4.3.2	O transporte marítimo.....	17
4.3.3	O petróleo e o gás natural.....	18
4.3.4	Os recursos minerais.....	20
4.4	Aspecto relativo à soberania.....	21
5	A RESPONSABILIDADE DA MARINHA DO BRASIL PERANTE A DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS NO MAR.....	23
6	CONCLUSÃO.....	25
	REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

O constante crescimento da importância do mar advém não só do fato de ele ser uma extraordinária via de comunicação utilizada durante séculos, mas principalmente devido a sua potencialidade como fonte de diversas riquezas. Acompanhando essa valorização do mar, e em virtude do desenvolvimento de novas tecnologias de exploração, os Estados têm voltado seus interesses para as regiões marítimas, gerando a cobiça sobre várias áreas, e aumentando, potencialmente, a possibilidade do surgimento de conflitos.

Historicamente, a procura dos Estados em garantir o controle de áreas de interesse no mar levou ao estabelecimento de acordos, que por vezes eram impostos pelo poder militar.

Segundo o Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) (2009), na década de 1950, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a discutir o fato de que haveria a necessidade de que fosse criado um novo ordenamento jurídico sobre o assunto, o que deu origem à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM).

Esta Convenção foi assinada em 1982, estando presentes 164 Estados e alguns observadores¹, porém somente em 16 de novembro de 1994 ela entrou em vigor, após um 12 meses da data do depósito do sexagésimo instrumento de ratificação (MATTOS, 2008).

Dentre os principais aspectos da CNUDM pode-se citar a fixação do mar territorial (MT) em 12 milhas náuticas², a partir da linha de base³; o estabelecimento da zona contígua (ZC) de 24 MN, no qual o Estado pode exercer o poder de fiscalização; a definição da zona econômica exclusiva (ZEE), constituída por uma área de 200 milhas de largura medida a partir da linha de base; e a autorização e normatização das solicitações de extensão das plataformas continentais (PC) por parte dos Estados costeiros.

No ano de 1988, o governo brasileiro ratificou esta Convenção, legitimando o MT, a ZC e a ZEE, que correspondem a uma área marítima de aproximadamente 3.500.000 km². Entretanto, desde 1987 a Marinha do Brasil (MB), juntamente com outros órgãos governamentais e entidades, já tinha iniciado o trabalho de levantamento de dados

¹ Os observadores eram representantes de Estados, Territórios, movimentos de libertação, agências especializadas da ONU, Organizações Intergovernamentais e não governamentais. (MATTOS, 2008, p. 1-2)

² A milha náutica (MN) é equivalente à milha marítima. A Conferência Hidrográfica Internacional adotou o valor da milha em 1.852 m, o que foi aceito pelo Brasil em 1929. (CHERQUES, 1999, p. 351). Durante todo o trabalho a expressão milha estará referenciando a milha marítima.

³ A CNUDM estabelece duas linhas de base, que não podem existir ao mesmo tempo para uma mesma região, a normal e a reta. A de base normal é linha da baixa-mar ao longo do litoral, conforme indicada pelas cartas náuticas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Estado costeiro. A de base reta é formada pela união dos pontos mais avançados na direção do mar, durante a maré baixa. Ela é utilizada caso o litoral apresente profundos recortes e reentrâncias, ou quando exista um cordão de ilhas nas proximidades da costa. (ONU, 1982, art. 5 e 7)

oceanográficos a respeito da PC brasileira, de modo a pleitear, conforme estabelecido na CNUDM, a extensão do limite exterior da plataforma continental para além das 200 MN. Este interesse brasileiro advém da importância econômica e estratégica da região solicitada.

A área de jurisdição brasileira, entendida neste trabalho como a região compreendida pelo MT, ZEE e pela PC anuída pela Convenção, possui uma grande potencialidade de suma importância para o desenvolvimento econômico do Brasil, expressada pelos inúmeros recursos minerais, energéticos e alimentícios, além de ser uma via vital para o tráfego mercante e, conseqüentemente, para o comércio exterior.

A existência de diversos interesses econômicos por parte de outros Estados e, até mesmo, por grupos de indivíduos, juntamente com a necessidade de se assegurar os direitos estabelecidos nas novas normas que regulam as áreas marítimas, impõem novos desafios para a Marinha do Brasil, na medida em que ela deve ter a capacidade de garantir as pretensões nacionais, principalmente quanto a exploração e exploração dos recursos vivos ou não.

Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, visa mostrar a importância econômica do mar para o Brasil e, conseqüentemente, a responsabilidade da MB com relação à fiscalização da área de jurisdição brasileira.

A relevância desse trabalho consiste em apresentar uma colaboração para o enriquecimento do conhecimento sobre o assunto, possibilitando reforçar a idéia da importância das águas jurisdicionais⁴ brasileiras e da PC para a economia brasileira, além da necessidade de uma permanente vigilância e proteção destas áreas.

Tendo em vista o objetivo e a relevância desse trabalho, o mesmo foi dividido em cinco capítulos além da introdução. Inicialmente, serão abordados os fatores históricos que levaram à CNUDM, como uma forma de regulamentar os direitos e deveres dos Estados no que tange aos mares e oceanos. Nesse capítulo, também é apresentado o histórico da regulamentação do mar brasileiro, para um melhor entendimento da importância das áreas marítimas para o Brasil. Posteriormente, são mencionados os principais aspectos da CNUDM, a fim de propiciar um embasamento a respeito da legislação que regulamenta o mar territorial, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental. Em seguida é mostrada a importância do mar para o Brasil, sob os aspectos históricos, científicos, econômicos e no que diz respeito à soberania. Dando prosseguimento, é enfatizada a responsabilidade da MB perante a defesa dos interesses nacionais no mar, de modo a garantir a soberania brasileira na área de jurisdição. Finalmente, apresenta-se uma conclusão sobre os principais aspectos do trabalho.

⁴ Define-se águas jurisdicionais como a região compreendida pelo MT e pela ZEE. (CCSM, 2009)

2 HISTÓRICO

2.1 O Direito do Mar

Na Antiguidade⁵, devido ao aumento populacional e à necessidade de comércio entre os povos, que estavam separados por mares e oceanos, houve um aumento do interesse pelo mar. Este fato levou os povos a se aventurarem nos mares e, conseqüentemente, a reivindicarem o seu controle (VILLAÇA, 2007).

Persas, gregos, macedônios e fenícios pleitearam o domínio sobre o Mediterrâneo oriental, assim como Roma e Cartago lutaram pelo controle do Mediterrâneo central. No ano de 508 a.C. foi efetuado um acordo entre esses dois últimos contestadores, estabelecendo-se as áreas de domínio de cada um, e os regulamentos que regiam o comércio. O domínio parcial foi contestado pelo Império Romano que, mais tarde, obteve o controle quase absoluto do Mediterrâneo, em virtude do seu poder militar (VILLAÇA, 2007).

Deste modo, pode-se observar que apesar dos povos procurarem efetuar acordos para regular os pontos de discórdia, nem sempre esses pactos eram respeitados. Para isso, uma nação fazia valer a sua vontade usando sua superioridade militar para garantir seu interesse econômico.

Na Idade Média⁶, várias cidades, como Veneza, Brindisi, Pizza, Gênova, Barcelona, Marselha e Gaeta, estabeleciam acordos internacionais, a fim de firmar o domínio sobre áreas marítimas. O que assegurava, por vezes, a assinatura desses compromissos era a força imposta por estas potências marítimas, que objetivavam não apenas o controle das águas próximas aos territórios como também, de regiões distantes. Assim, os conflitos armados com as grandes potências eram evitados. Até então, não havia sido reconhecida internacionalmente a noção de mar territorial dos Estados costeiros (VILLAÇA, 2007).

No século XIV os Estados passaram a ter atitudes de soberania nas águas próximas aos seus territórios, no que diz respeito às medidas sanitárias, à proteção contra piratas e a pesca. Porém, somente no final da Idade Média, apesar da largura não ter sido definida, a idéia da existência do mar territorial, onde o Estado costeiro exerce sua jurisdição, foi definitivamente estabelecida (VILLAÇA, 2007).

No século XV, no período dos descobrimentos, havia ocorrido a consolidação da noção do MT, no entanto, as grandes potências marítimas, como Portugal, Espanha e Grã-Bretanha, pretendiam estabelecer áreas de domínio nos oceanos, ao mesmo tempo em que a

⁵ A Antiguidade se refere ao período temporal entre os anos de 4.000 a.C. a 476. (VICENTINO, 1997, p. 9)

⁶ A Idade Média se refere ao período temporal entre os anos de 476 a 1453. (VICENTINO, 1997, p. 107)

Holanda e a França não aceitavam a supremacia desses Estados (VILLAÇA, 2007).

No início do século XVIII prevalecia a regra da liberdade dos mares pregada por Hugo Grotius, segundo o qual qualquer Estado era soberano e poderia estabelecer o comércio marítimo com os outros, utilizando os mares e oceanos que não seriam de propriedade privada, e sim pertenceriam a todos. Entretanto, era reconhecida a faixa adjacente ao território de cada Estado, no qual ela poderia exercer direitos reativos às questões de quarentena sanitária, pesca e proteção territorial e da sua navegação (VILLAÇA, 2007).

No ano de 1702, Cornelius Van Bynkershoek estabeleceu que o domínio de cada Estado sobre os mares deveria ser limitado ao alcance do seu poder, a partir do litoral adjacente. Esta distância foi traduzida como a de um projétil de canhão colocado na praia. Em 1782, padronizou-se o alcance em 3 milhas. Os Estados Unidos da América (EUA), em 1793, foram os primeiros a adotar essa dimensão como a largura do seu mar territorial, porém não houve um consenso entre os demais Estados, em virtude do contínuo aumento do alcance dos canhões, proporcionado pelo desenvolvimento da indústria bélica (VILLAÇA, 2007).

A partir do ano de 1939, a comunidade internacional começou a se interessar pelas riquezas existentes no fundo marinho. Em 1942, a Venezuela e a Grã-Bretanha assinaram um tratado estabelecendo uma divisão da área submarina do Golfo de Paria, entre a costa venezuelana e Trinidad. Em 1945, os EUA descobriram petróleo próximo ao seu litoral e proclamaram a sua posse sobre os recursos naturais das terras submersas até 200 metros, procurando garantir que a PC estivesse sob sua jurisdição. No entanto, seu MT permaneceu sendo de 3 MN. Assim, começou a surgir o conceito de PC (VILLAÇA, 2007).

Em virtude do ato dos EUA, e principalmente devido a sua declaração não ter sido contestada, vários outros Estados manifestaram seus interesses sobre as suas PC adjacentes, e nos anos seguintes declararam, unilateralmente, larguras maiores que 3 milhas para seus mares territoriais (VILLAÇA, 2007).

Em 1952, o Comitê Interamericano de Neutralidade declarou, sem respaldo da Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas, uma zona de aproveitamento e proteção econômica de 200 MN (VILLAÇA, 2007).

No ano de 1956, foi realizada a terceira Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, que estabeleceu que qualquer Estado poderia estabelecer os limites do seu MT, levando em consideração fatores geológicos, biológicos, geográficos, econômicos e de segurança. Com isto houve uma grande diversificação dos limites dos mares territoriais estabelecidos pelos Estados (VILLAÇA, 2007).

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar foi realizada

em 1958, sobre os seguintes temas: MT, ZC, alto-mar, pesca e conservação dos recursos biológicos do alto-mar e plataforma continental. A segunda Conferência ocorreu em 1960, com o objetivo de fixar a largura do MT, porém não teve êxito (VILLAÇA, 2007).

As riquezas das plataformas continentais, principalmente petróleo e gás natural, levaram alguns Estados a estabelecerem a largura dos seus respectivos mares territoriais em até 200 milhas, durante o século XX. Em contrapartida, as grandes potências da época, os EUA e a ex-União Soviética, não aceitavam que suas forças navais tivessem sua mobilidade reduzida, especialmente no que diz respeito à navegação pelos estreitos internacionais e pelas águas dos Estados arquipélagos. Concomitante com estes fatos, o aumento do interesse, por parte dos Estados, na futura exploração de nódulos polimetálicos⁷ propiciou as condições que levaram à terceira Conferência (VILLAÇA, 2007).

A terceira Conferência foi realizada em 1973. Durante nove anos procurou-se obter um consenso em meio a diversas opiniões conflitantes. Em 1982, foi a provada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, mas só em 16 de novembro de 1994, após um ano da sexagésima ratificação da Convenção⁸, ela entrou em vigor. A demora da ratificação por parte dos Estados ocorreu devido à discordância em relação à exploração dos fundos marinhos fora dos limites da jurisdição nacional (VILLAÇA, 2007).

O estabelecimento pela CNUDM de um MT de 12 milhas; uma ZC adjacente ao mesmo, com a largura de 24 MN a partir da linha de base; e uma ZEE de 200 milhas, atendeu não só aos anseios das grandes potências mundiais, no que diz respeito à mobilidade de suas forças navais, como também garantiu os interesses econômicos dos Estados, uma vez que eles obtiveram o direito de soberania para a exploração e exploração dos recursos naturais nas suas respectivas zonas econômicas exclusivas.

Levando em consideração a importância do Direito do Mar, Mattos (1989, p. 62-63) afirmou que: “O Direito do Mar confirma a luta das nações pelo exercício do poder, dilatando seus territórios e fortalecendo sua soberania, aí presentes interesses políticos e econômicos, normatizados pela regra jurídica, tanto no plano interno, como no plano externo.”

Diante deste panorama histórico, pode-se dizer que a CNUDM surgiu como um marco na luta pelo Direito do Mar, procurando legislar sobre esta área de grande importância

⁷ Os nódulos ou granulados polimetálicos possuem a forma arredondada com 5 a 20 cm de diâmetro. (VILLAÇA, 2007, p. 37-38) Eles são compostos por diversos metais como: cobre, níquel, cobalto, manganês, ferro, cobalto, zinco, bário, alumínio, titânio, sílica, chumbo e molibdênio. (MATTOS, 1989, p. 54)

⁸ A expressão Convenção quando empregada neste trabalho estará se referindo à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

econômica, política e militar, a fim de amenizar as crises internacionais que poderiam evoluir para conflitos armados.

2.2 A Regulamentação do Mar Brasileiro

Através da Circular nº 92 de 31 de julho de 1850, do Ministério da Guerra, foi estabelecida a largura do mar territorial brasileiro igual ao do alcance de um tiro de canhão. Em 1914, ao despertar da Primeira Guerra Mundial, o Brasil estabeleceu o seu MT em 3 MN. Após o episódio com a França, que ficou conhecido como a Guerra da Lagosta, o Brasil alterou seu mar territorial para 6 milhas, e criou a ZC de igual largura (VILLAÇA, 2007).

A Constituição de 1917 estabeleceu que o MT e a então plataforma submarina (PS) seriam considerados bens da União. Em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 alterou a denominação de PS para PC. No mesmo ano, a largura do mar territorial foi modificada para 12 MN e se excluiu a ZC. Em 1970, o Brasil, seguindo a tendência de vários Estados latino-americanos, declarou a sua soberania sobre um MT de 200 MN (VILLAÇA, 2007).

O Brasil assinou a CNUDM em 1982 e a ratificou em 1988 (SERAFIM, 2009). Ao reiterar a assinatura da Convenção, o Estado brasileiro efetuou uma declaração formal que, entre outros aspectos, deixou claro que ele exercia o direito de soberania sobre a sua PC, isto é, além das 200 MN da ZEE, bem como entendia que os outros Estados não possuíam a autorização para efetuar exercícios ou manobras militares na zona econômica exclusiva, particularmente com o uso de armamentos ou artefatos explosivos, sem a permissão do governo brasileiro (MATTOS, 2008).

Esta atitude do Brasil foi decorrente de uma interpretação dos artigos da CNUDM, na qual se entendeu que este tipo de atividade iria ferir o direito de soberania do Estado na zona sob sua jurisdição (MATTOS, 2008).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que apenas os recursos naturais da PC seriam bens da União e não mais a plataforma em si, conforme constava na Constituição de 1967 (VILLAÇA, 2007).

Em 1993 foi promulgada a Lei nº 8617 que, em consonância com a CNUDM, estabeleceu o MT em 12 milhas, uma ZC de mesma extensão, e uma ZEE de 200 MN (MOTA, 2008).

Historicamente, o Brasil procurou, por diversas vezes, regulamentar a sua área marítima de interesse. Após a promulgação da Lei nº 8617 foi adotada uma legislação interna que regulamentava a questão do mar, em consonância com o estabelecido pela CNUDM.

3 OS PRINCIPAIS ASPECTOS DA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DIREITO DO MAR

Uma das mais importantes definições estabelecidas pela CNUDM foi a da ZEE, na qual o Estado costeiro tem a soberania para a exploração, exploração, gestão e conservação dos recursos naturais vivos ou não do leito do mar, do subsolo e das águas sobrejacentes, bem como a exploração e o aproveitamento da área para fins econômicos, como a produção de energia a partir de ventos, correntes e águas (VILLAÇA, 2007).

A Convenção legislou sobre a gestão dos recursos vivos ao procurar garantir a conservação das espécies, ao mesmo tempo que buscava obter o máximo rendimento na exploração das mesmas. Neste intuito, a CNUDM determinou que os Estados litorâneos fixassem as suas cotas limites de captura para cada espécie.

De acordo com a Convenção, caso um Estado costeiro não tenha a capacidade para efetuar a captura da totalidade da cota estabelecida em relação aos recursos vivos das suas águas de jurisdicionais, deve permitir o acesso de outros Estados, mediante um acordo, a fim de explorar o excedente. Prioritariamente, deve-se dar preferência aos Estados sem litoral ou geograficamente desfavorecidos para o estabelecimento destes pactos (ONU, 1982).

A CNUDM estabelece que a plataforma continental abrange o subsolo marinho e o leito do mar das regiões adjacentes ao MT, até a distância de 200 milhas, a partir da linha de base, ou até a borda exterior da margem continental⁹, quando esta estiver a mais de 200 MN. No entanto, ela autoriza que um Estado costeiro solicite a extensão da sua PC até o limite máximo de 350 milhas da linha de base ou 100 MN da isóbata¹⁰ de 2.500 m (ONU, 1982).

O governo do Estado litorâneo que venha explorar um determinado recurso não vivo da sua plataforma continental, que esteja além das 200 milhas, deverá efetuar pagamentos ou contribuições em recursos monetários, que serão distribuídos entre os Estados signatários da Convenção, principalmente os menos desenvolvidos e os sem litoral, pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos. Este Estado estará isento do pagamento se estiver em desenvolvimento e for um importador substancial do recurso explorado (ONU, 1982).

Deste modo, a Convenção procurou propiciar uma condição mais vantajosa que

⁹ Define-se como margem continental o prolongamento, que está submerso, da massa terrestre do Estado costeiro, sendo formado pelo subsolo e pelo leito da plataforma continental, pela elevação continental e pelo talude. (CNDUM, 1982, art. 76)

¹⁰ É a linha que une uma mesma profundidade. (CNDUM, 1982, art. 76)

possibilitasse o desenvolvimento dos Estados com menor potencial de recursos minerais. Entretanto, a CNUDM não estabeleceu o que entendia por Estados em desenvolvimento, nem quantificou o que seria um importador substancial. Este fato poderá acarretar discussões, à medida que tais questões sejam interpretadas pelos Estados em função dos seus interesses econômicos.

Foi estabelecido como alto-mar a região marítima que compreende o MT, ZEE e as águas interiores de um Estado costeiro, bem como as águas de um Estado arquipélago (MATTOS, 2008).

A CNUDM (1982) estabelece que no alto-mar a liberdade compreende diversos aspectos, como, por exemplo, a navegação, a pesca e a investigação científica, podendo ser exercida pelos Estados de forma pacífica, sem prejuízo do direito de exploração das PC pelos seus respectivos Estados costeiros.

Segundo a CNUDM (1982) a Área, cujo direito de exploração pertence à humanidade, compreende o leito do mar e o subsolo que esteja fora da jurisdição nacional. Assim sendo, ela está fora da ZEE e da PC dos Estados costeiros.

As atividades na Área referente à gestão dos recursos são organizadas e controladas pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, ou simplesmente pela Autoridade (MATTOS, 2008).

Segundo Villaça (2007), no alto-mar prevaleceu a idéia da liberdade, enquanto que na Área prevaleceu o preceito do patrimônio da humanidade, no que diz respeito aos recursos.

Com o estabelecimento do alto-mar e da Área, a Convenção procurou garantir não só a liberdade de navegação como também, possibilitou que os Estados sem litoral pudessem usufruir dos recursos naturais do mar.

4 A IMPORTÂNCIA DO MAR PARA O BRASIL

A potencialidade econômica da área de jurisdição brasileira se apresenta como um dos fatores de maior relevância para a prosperidade do Brasil, porém, está associada a mesma uma séria vulnerabilidade relativa à proteção dos recursos naturais e do tráfego marítimo.

4.1 Aspecto Histórico

No ano de 1500, navegadores portugueses, supostamente buscando um caminho para as Índias, acabaram por descobrir uma terra de grande riqueza. Logo este fato atraiu a cobiça de outros Estados, como a França e a Holanda, que enviaram expedições marítimas invasoras (CCSM, 2009).

No período Imperial¹¹, o Brasil teve que criar uma Marinha de Guerra, tanto para consolidar a independência quanto para enfrentar as diversas lutas externas. Na Guerra do Paraguai, a Marinha teve um papel crucial no controle das vias fluviais, a fim de garantir que o Império saísse vitorioso no conflito (CCSM, 2009).

A participação brasileira, na Guerra do Paraguai, teve como um dos motivos o apresamento do navio brasileiro *Marquês de Olinda*, enquanto que, nas duas grandes Guerras Mundiais, foi ocasionada devido aos ataques contra o tráfego mercante nacional (CCSM, 2009). Estes fatos mostram a importância, já naquela época, da proteção do transporte aquaviário, ou seja, marítimo e fluvial.

Em 1963, o Brasil vivenciou um grave conflito de interesses econômicos com a França, decorrente da disputa pelo direito da pesca da lagosta nas águas brasileiras. Este episódio, devido a sua gravidade, ficou conhecido como a Guerra da Lagosta (CCSM, 2009).

Assim, pode-se notar que ao longo da história brasileira o mar exerceu um importante papel no desenvolvimento e na integração nacional.

4.2 Aspecto Científico

A CNUDM estabeleceu que o Estado costeiro que tivesse a intenção de fixar o limite exterior da sua plataforma continental além das 200 milhas deveria apresentar à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) o seu pleito, juntamente com os

¹¹ O período imperial no Brasil foi de 1822 a 1889. (VICENTINO; DORIGO, 1997, p. 164-263)

dados científicos e técnicos que apoiassem tal solicitação (PEDROSA, 2007).

Na área da PC, o Estado litorâneo possui o direito exclusivo para a exploração e o aproveitamento das riquezas naturais do leito do mar e subsolo, que compreendem os recursos minerais e outros não vivos, bem como as espécies vivas sedentárias, que no período de captura permaneçam imóveis ou que possam mover-se, mantendo um permanente contato físico com o fundo marinho (ONU, 1982).

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), que é composta por representantes de diversos ministérios e instituições, foi criada em setembro de 1989, com o objetivo de coordenar as ações e programas vinculados ao uso de forma racional do mar, na área de jurisdição brasileira (CCSM, 2009). O Comandante da Marinha, como a Autoridade Marítima brasileira, possui a função de supervisionar as suas atividades (SERAFIM, 2009).

Um dos principais programas desenvolvidos pela Comissão é o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) criado em setembro de 1989, com a finalidade de estabelecer o limite exterior da PC brasileira (SERAFIM, 2009).

De acordo com a CIRM (2002), o trabalho de aquisição de dados oceanográficos da PC foi efetuado pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) no período de 1987 a 1996. Somente no ano de 2000 foi encerrada a fase de integração das informações coletadas.

O levantamento da PC, de uma forma geral, determinou duas grandes áreas oceânicas a serem pleiteadas, sendo uma ao norte do cone do rio Amazonas e outra ao sul, em uma região entre os litorais do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul (PEDROSA, 2007).

Em 2004, o Brasil apresentou, para a CLPC, o levantamento cartográfico que embasava o prolongamento do limite exterior da sua plataforma continental, conforme estabelecido pela CNUDM. Esta área solicitada possui aproximadamente 963.000 km² (SERAFIM, 2009). Segundo Pedrosa (2007) a solicitação brasileira foi analisada no período de 2004 a 2007.

Em 4 de abril de 2007, a CLPC foi desfavorável a uma parcela do pleito brasileiro (CCSM, 2008). Esta parte não anuída corresponde a cerca de 200.000 km², sendo 25.000 km² no cone do rio Amazonas, 105.000 km² na cadeia norte brasileira, 20.000 km² na cadeia Vitória-Trindade e 50.000 km² na margem continental sul, o que representa 5% da Amazônia Azul¹² ou 20% da PC (SERAFIM, 2009).

Segundo o Carvalho (2004), a Amazônia Azul corresponde a cerca de 50% do território nacional.

¹² Segundo o Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, define-se Amazônia Azul como uma área formada pela soma da ZEE e da PC, o que corresponde a cerca de 4.500.000 km². (CARVALHO, 2004, p.8-9)

O CIRM discordou das recomendações desfavoráveis da CLPC, o que foi comunicado à Comissão em julho de 2008, após a ratificação do presidente da República (SERAFIM, 2009).

Em 2008, o Grupo de Trabalho LEPLAC começou a efetuar um novo levantamento de dados geofísicos e geológicos das áreas não anuídas, assim como iniciou um reprocessamento de alguns perfis sísmicos coletados, a fim de subsidiar uma segunda proposta que possibilitasse a ratificação de toda a extensão pleiteada (CCSM, 2008). O Brasil pretende encaminhar esta nova proposta até 2011 (SERAFIM, 2009).

Foi apresentado um total de 50 pedidos de ampliação dos limites externos das PC, por diversos Estados, sendo 34 solicitações efetuadas no ano de 2008. Este fato demonstra, possivelmente, o interesse econômico desses Estados quanto aos recursos naturais existentes nas suas PC, em face dos avanços tecnológicos (VALOR ECONÔMICO, 2009).

Ao ratificar a CNUDM o Brasil assumiu o compromisso de estabelecer as cotas de captura dos recursos vivos da sua ZEE. Assim, foi criado em 1994 o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (REVIZEE), que tinha como principal objetivo inventariar os recursos vivos da ZEE e estabelecer os potenciais sustentáveis de captura (MATTOS, 2008).

Neste contexto ficou demonstrado o empenho do governo brasileiro em legitimar a extensão da sua PC, em função da sua importância, bem como no que diz respeito ao cumprimento das obrigações assumidas com a ratificação da Convenção.

4.3 Aspecto Econômico

O mar representa para o Estado um campo de interesses econômicos e de segurança. Há de se ter em mente que 75% da superfície do globo terrestre é coberta por mares, sendo que o Brasil possui 7.800 km de litoral, o que lhe proporciona um incontestável interesse marítimo (MATTOS, 1989).

O Estado brasileiro ocupa uma posição privilegiada entre aos Estados marítimos, devido aos seguintes fatores: a posição geográfica e estratégica voltada para o Oceano Atlântico, equidistante dos EUA e da Europa; o fato de ser projetado como ponte para a África, estando ligado ao resto do mundo por rotas marítimas; por possuir portos com águas profundas; por estar inserido entre os grandes produtores mundiais de alimentos; e por ter um extenso litoral (CNIO, 1998).

Para o Brasil o potencial da sua área jurisdicional marítima está intimamente

ligado ao fato de ser uma importante via de transporte para o comércio, além dos recursos naturais existentes.

4.3.1 A PESCA

O mar possui mais de 97% de toda a água existente no planeta e abriga, aproximadamente, trezentas mil espécies de animais. Anualmente, são extraídas cerca de 85.000.000 t de peixes, cetáceos e algas das suas águas (VILLAÇA, 2007).

O Brasil emprega cerca de setecentos mil pescadores na extração anual de aproximadamente 400.000 t de pescado, o que é pouco se comparado com a produção mundial (VILLAÇA, 2007). Estima-se que, até o ano de 2020, a atividade pesqueira de todos os Estados atinja o valor total de 196.000.000 t (CCSM, 2009).

As águas jurisdicionais brasileiras possuem um grande potencial de riquezas representado, entre outras, pelos recursos vivos como peixes, camarões, lagostas e algas (MATTOS, 1989). Estes recursos servem como alimento e matéria-prima para diversas indústrias alimentícias porém, somente através de uma exploração planejada, sem o emprego de técnicas predatórias, será possível garantir a renovação contínua dessas riquezas naturais.

A CNUDM apresentou uma série de normas relativas à proteção e à preservação do meio marinho, que fazem parte das obrigações dos Estados consignatários (MOTA, 2008).

Neste contexto a maricultura¹³ se mostra como uma das alternativas em relação à pesca predatória, pois possibilita uma constante renovação do recurso explorado.

A atividade pesqueira precisa ser explorada no Brasil em toda a sua potencialidade. Devido as suas características de rentabilidade e de fácil implantação, seu desenvolvimento seria uma resposta para muitos problemas econômicos e sociais que afetam, principalmente, as regiões litorâneas mais populosas, uma vez que proporcionaria o crescimento da renda e o aumento de empregos para grupos sociais que atualmente não possuem colocação no mercado de trabalho (CNIO, 1998).

Carvalho (2004) corrobora com esta idéia ao afirmar que a pesca permanece praticamente artesanal, limitando a produção e elevando os custos, enquanto que, se fosse cuidadosamente planejada e organizada, seria um fator de grande geração de empregos e renda, bem como seria fundamental em uma época de escassez de alimentos.

¹³ Maricultura é o cultivo de plantas e animais marinhos para o aproveitamento pelo homem. (FERREIRA, 2000, p.448)

O aumento da produção pesqueira está, cada vez mais, pautado na alta tecnologia representada pelos novos equipamentos como o sonar e a ecossonda, bem como no uso de embarcações de maior raio de ação e com capacidade de processar o pescado (ASSUNUMA, 2009).

Além de incorporar novas tecnologias que possibilitem um aumento dos índices de captura, o Brasil necessita investir para minimizar as perdas com a conservação e o transporte do pescado.

A Convenção possibilita que um Estado sem litoral e ao geograficamente desfavorecido participe, de forma equitativa, da exploração do excedente das cotas de captura dos recursos vivos da ZEE de um Estado costeiro. Este fato pode acarretar um conflito de interesses, na medida em que o Estado litorâneo seja questionado quanto à forma com que administra a sua zona econômica exclusiva, ou seja, quanto a sua soberania econômica, a fim de permitir o acesso de outro Estado aos seus recursos vivos (MATTOS, 2008). Este fato demonstra a vulnerabilidade da atividade pesqueira à uma interferência estrangeira.

A modernização e o desenvolvimento da atividade pesqueira brasileira poderão evitar que outros Estados venham a usufruir do potencial pesqueiro do Brasil, ao pleitear a exploração dos recursos vivos da sua ZEE.

4.3.2 O TRANSPORTE MARÍTIMO

Desde o descobrimento do Brasil a importância do mar se fez presente na vida nacional como uma valiosa via de transporte, possibilitando o deslocamento de pessoas e, principalmente, de mercadorias para o exterior, ou até mesmo entre as cidades litorâneas, haja vista as dificuldades de comunicação por via terrestre na época. Atualmente, em virtude do desenvolvimento dos meios aéreos, o transporte marítimo de passageiros tem se restringido às atividades turísticas e de lazer.

A globalização fez com que aumentasse a interdependência econômica dos Estados e, conseqüentemente, a movimentação de carga pelo mar (BRASIL, 2005).

Em termos comerciais, a dependência do uso do mar pelo Brasil se torna evidente tendo em vista que 95% do comércio exterior, representado pelas exportações ou importações, é realizado pelo mar (CCSM, [ca. 2008]).

Segundo Carvalho (2004), a indústria nacional utiliza uma gama variada de insumos importados, que caso deixassem de ser fornecidos, devido à interferência no livre trânsito marítimo, poderiam levar a um rápido colapso de alguns setores industriais.

O Brasil possui uma relação profunda de dependência do mar sob vários aspectos. Um deles é representado pelo transporte marítimo de matérias-primas, produtos acabados e até mesmo fontes de energia como o petróleo e seus derivados. Este fato torna o Estado brasileiro fortemente vulnerável a qualquer conflito de interesse que limite tráfego marítimo, uma vez que isto iria minimizar a sua capacidade industrial.

4.3.3 O PETRÓLEO E O GÁS NATURAL

A história mundial tem mostrado que o controle de regiões, com grandes reservas de petróleo, por vezes gera várias manobras diplomáticas e conflitos armados.

Clemente (2008) corrobora com esta idéia, ao afirmar que foi devido ao interesse do antigo Império Britânico, na produção de petróleo do Oriente Médio, que o mesmo sustentou a unificação da Arábia Saudita e criou o Kuwait e o Iraque. Da mesma forma, as Guerras do Golfo¹⁴ foram motivadas pelo desejo de controle da produção petrolífera na área.

Na Amazônia Azul estão localizadas as maiores reservas de petróleo e gás natural brasileiras, que constituem as principais fontes de energia imprescindíveis para o desenvolvimento nacional (BRASIL, 2005).

Segundo a Petrobras (2009)¹⁵, cerca de 80% do petróleo extraído no Brasil, no ano de 2008, veio do mar. A produção diária brasileira, em 2008, foi de 1.978.000 barris de petróleo e 422.000 barris de gás natural (PETROBRAS, 2009)¹⁶.

No final do ano de 2007, foi divulgada a existência de uma grande reserva de petróleo sob a grossa camada rochosa de sal que até então impedia a sua busca. Este poço de exploração está situado a cerca de 167MN do litoral de São Paulo, próximo dos limites da ZEE (CLEMENTE, 2008).

A Petrobras deu início, no dia 2 de setembro de 2008, a exploração do primeiro óleo da camada pré-sal, no campo de Jubarte, situado na Bacia de Campos, litoral sul do Espírito Santo (NOVA PETRONET, 2008).

As rochas porosas do pré-sal, que guardam o petróleo, estão presentes do Espírito Santo à Santa Catarina, em uma área de 800 km de comprimento ao longo da costa, por

¹⁴ O autor se refere aos conflitos armados ocorridos em 1991 e 2003, envolvendo, principalmente, o Iraque e os EUA. (SOARES, 2003, p. 21-26)

¹⁵ Dado constante de um texto de caráter temporário na página da internet da Petrobras. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/portal/frame.asp?lang=pt&area=apetrobras&pagina=/Petrobras/portugues/plataforma/pla_plataforma_recorde.htm>. Acesso em: 10 ago. 2009.

¹⁶ Dado constante de um texto de caráter temporário na página da internet da Petrobras. Disponível em: <http://www2.petrobras.com.br/portugues/ads/ads_Petrobras.html>. Acesso em: 10 ago. 2009.

200 km de largura. Entre a superfície do mar e o petróleo há uma lâmina d'água¹⁷ de 1.500 a 3.000 m; uma camada de rochas sedimentares de aproximadamente 2.000 m de espessura, chamada de pós-sal; e uma outra camada formada por sal, de cerca de 2.000 m de profundidade (PETROBRAS, 2009b).

Estima-se que a reserva, que abrange as bacias sedimentares do Espírito Santo, Campos e Santos, possua um potencial de abrigar, aproximadamente, cem bilhões de barris de óleo equivalente¹⁸ (boe), o que faria com que o Brasil figurasse entre os dez maiores produtores mundiais (FOLHAONLINE, 2008).

A produção do campo de Tupi, que está a cerca de 154 MN de distância do litoral e a 7.000 m de profundidade, foi iniciada em maio de 2009, para a aquisição de informações geológicas. Sua capacidade é estimada em até 8.000.000.000 boe (PETROBRAS, 2009a).

A Petrobras espera alcançar o patamar de um milhão de barris diários, no ano de 2017, somente no pré-sal da bacia de Santos, com a produção de Tupi e de sete jazidas vizinhas, chegando a 1.800.000 barris por dia no ano de 2020 (PETROBRAS, 2009b).

Cada vez que se esgota um campo petrolífero se torna mais viável a exploração de campos que requerem alta tecnologia, como o pré-sal, apesar das distâncias do litoral e das profundidades da extração.

A área do pré-sal na Bacia de Santos avança além da ZEE, possuindo imensas reservas de óleo leve e gás natural. Dois campos já estão parcialmente fora da zona econômica exclusiva, que são Júpiter e Guará. Tendo em vista este fato, o Brasil deveria depositar perante a ONU, em caráter provisório, a extensão da sua PC já anuída (SERAFIM, 2009).

A exploração de reservas de petróleo ou gás natural, que estejam fora da ZEE ou do prolongamento da plataforma continental anuído pela CLPC, só poderá ser efetuada com autorização da ONU, pois qualquer descoberta nesta região seria considerada como patrimônio da humanidade por estar na Área (ONU, 1982).

Segundo Serafim (2009), os EUA e o Canadá já estão autorizando a concessão da exploração da extensão das suas respectivas PC.

A demora para legitimar, definitivamente, o direito de soberania do Brasil sobre a extensão da sua plataforma continental, não tem acompanhado a mesma velocidade do

¹⁷ Lâmina d'água é a distância entre a superfície e o leito marinho. (ESCOBAR, 2007, p. B-14)

¹⁸ O barril de óleo equivalente é usado para expressar volumes de petróleo e gás natural na mesma unidade, pela conversão do gás nacional à taxa de 1.000 m³ de gás para 1 m³ de petróleo. Disponível em: <http://www.onip.org.br/main.php?idmain=informacoes&mainpage=mini_glossario.htm>. Acesso em: 10 ago. 2009.

desenvolvimento das novas tecnologias, bem como a necessidade de recursos energéticos, o que tem propiciado o aumento do interesse sobre as áreas de grande potencial, como o pré-sal brasileiro.

Neste contexto, Boot (1989) cita que ocorre nos mares uma grande gama de disputas de vários tipos e intensidades e, em algumas vezes, elas se transformam em conflitos violentos. Isto ocorre quando essas questões envolvem a propriedade de recursos valiosos como o petróleo, que possui um alto potencial de exportação. Espera-se que com a exaustão dos estoques mundiais de combustíveis fósseis cresçam, proporcionalmente, as disputas pelas áreas oceânicas dotadas de tais recursos.

As questões que envolvem o petróleo e o gás natural são fundamentais para o Estado brasileiro, tendo em vista a importância desses recursos para a formação da base energética necessária ao desenvolvimento industrial, além de o petróleo servir de matéria-prima para a indústria. Assim, cabe ao Brasil zelar por um abastecimento regular desses recursos, a fim de manter ativo o seu parque industrial.

4.3.4 OS RECURSOS MINERAIS

Muitos recursos minerais podem ser extraídos do mar como, por exemplo: ouro, óxidos de titânio, magnetita, cassiterita, platina, diamantes e granulados como os cascalhos, areias e argilas, que são usados na construção civil. Atualmente, diversos Estados, como o Japão, França, Holanda, EUA, Dinamarca, Nova Zelândia, Tailândia, Malásia e Indonésia, possuem larga experiência na exploração de tais riquezas marinhas (CCSM, 2009).

Um recurso presente no leito do mar são os grânulos polimetálicos, cuja exploração ainda não é totalmente viável economicamente, mas que poderá se tornar de grande importância no futuro (CARVALHO, 2004).

Segundo Villaça (2007) os oceanos contêm cerca de 80% do potencial mundial de recursos minerais não combustíveis. Estima-se que no mar haja cerca de 1.700.000.000.000 t de nódulos polimetálicos de alto valor científico e econômico (MATTOS, 1989).

No Brasil foram localizados depósitos de nódulos adjacentes à margem continental de São Paulo e Pernambuco. No platô pernambucano, foram identificados altos teores de ferro, cobalto e titânio, em comparação com a rica área do nordeste do Pacífico, onde se estima que 30% dos fundos marinhos sejam ocupados pelos grânulos (FALKENHEIN, 1990).

Várias empresas de mineração já apresentaram mais de 250 pedidos de pesquisa e

lavra de granulados na extensão da PC brasileira (SERAFIM, 2009).

É necessário que o Brasil invista no desenvolvimento tecnológico e de pessoal especializado, de modo a tornar viável a exploração das riquezas minerais do mar, principalmente dos nódulos polimetálicos, a fim de que estes recursos estejam disponíveis quando forem necessários para o seu desenvolvimento. Neste contexto, a CNIO cita que:

A exploração dos recursos minerais e do petróleo põe em questão o dimensionamento das reservas e a velocidade em que se dará sua utilização. Tratando-se de recursos não renováveis, apenas o progresso técnico poderá levar a novas descobertas e a novos métodos de extração e processamento, capazes de adiar seu limite de esgotamento (CNIO, 1998, p. 268).

4.4 Aspecto relativo à Soberania

Apesar da extensão do MT brasileiro ter variado, com o passar do tempo, pode-se notar que a legislação interna manteve presente a preocupação com o exercício de uma soberania plena nesta área, de forma que abrangesse tanto o meio líquido quanto o leito, o subsolo e o espaço aéreo sobrejacente (MATTOS, 2008).

A CNUDM ao mesmo tempo em que estabeleceu a soberania do Estado costeiro sobre o seu MT, a limitou no que se refere à ZEE, possibilitando apenas um direito de soberania sobre a exploração, aproveitamento, gestão e conservação dos recursos naturais, e ao aproveitamento e exploração, para fins econômicos, da produção de energia desta zona.

Segundo Serafim (2009), a cobiça pelos recursos naturais da Amazônia Azul está concentrada na pesca, no potencial mineral e genético dos fundos marinhos, e na maricultura.

A omissão no gerenciamento dos recursos da ZEE poderá ferir o direito de soberania na medida em que propiciará a atuação de forma legal, ou seja, respaldada pela CNUDM, de outros Estados na área, enquanto que a ausência de um efetivo patrulhamento na região cria condições favoráveis para a ação dos Estados, ou de grupos de indivíduos, de forma ilegal na zona. Neste contexto, Silveira cita que:

[...] ou um Estado se faz efetivamente presente na gestão de seus recursos, deles cuida, defende-os e deles desfruta, ou submeter-se-á a reivindicações, contestações de autoridade e outras preocupações oriundas da atuação de outros interessados, que não raro terão maior expressão de poder político, militar e econômico (SILVEIRA, 2009, p. 29).

Como já exposto, o Brasil, ao limitar a realização de manobras militares por navios estrangeiros na sua ZEE, procurou reforçar o sentimento de soberania na área.

A ocupação permanente do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, em junho de 1998, e a realização de pesquisas visando à exploração econômica tornaram possível a

ascensão dos rochedos ou penedos à categoria de arquipélago, o que permitiu estabelecer uma ZEE e uma PC de cerca de 450.000 km², o equivalente ao estado da Bahia (SERAFIM, 2009).

Deste modo foi garantido o direito de soberania sobre uma área estratégica, em virtude do seu potencial pesqueiro e da sua posição avançada em relação ao território brasileiro.

De acordo com Mattos (1989), as relações internacionais marítimas são embasadas no poder. Desta forma, um Estado procurará sempre fortalecer o seu Poder Marítimo¹⁹, que é uma expressão do Poder Nacional decorrente dos recursos que possui para a utilização do mar e das águas territoriais.

Segundo Silveira (2009), o desenvolvimento econômico e o progresso da sociedade brasileira estão intrinsecamente ligados à dependência do mar. Em virtude deste fato, o Brasil se torna mais vulnerável à medida que não desenvolve uma mentalidade marítima²⁰.

Apesar de 80% da população brasileira, em 2004, viver a menos de 200 km do litoral, poucos tinham conhecimento da real importância econômica e estratégica do mar (CARVALHO, 2004).

Somente o aumento da mentalidade marítima da sociedade brasileira permitirá a conscientização da importância estratégica e econômica do mar e, possibilitará a redução das vulnerabilidades das nossas fronteiras marítimas.

Para se desenvolver esse atributo é necessário que haja uma contínua e sistemática divulgação do valor e da dependência, por parte do Brasil, do mar, através dos meios de comunicação e do desenvolvimento de atividades ligadas ao meio marítimo. Neste contexto, a CNIO (1998, p. 352) cita: “O estímulo à prática do esporte e do lazer ligado ao mar muito poderá contribuir para o desenvolvimento da mentalidade marítima [...]”

A descoberta das riquezas do pré-sal fez com que a população brasileira despertasse para a potencialidade do mar, como uma importante fonte de riquezas minerais e de energia, principalmente no que diz respeito ao futuro do Brasil.

¹⁹ O Poder Marítimo é um dos componentes do Poder Nacional que possibilita que um Estado atinja seus propósitos atrelados ao mar. Os meios utilizados são de natureza econômica, militar, política e social e incluem, entre vários outros, a Marinha Mercante, os portos, a estrutura de comércio marítimo, a indústria de construção naval, a Marinha de Guerra e a consciência marítima do povo e da classe política. (BRASIL, 1994)

²⁰ A mentalidade marítima é definida como um dos atributos do Poder Marítimo, que se expressa por um modo de agir, individual ou de forma coletiva, em relação à importância do mar para um Estado, se refletindo nas atitudes políticas, econômicas e militares. (ASSANUMA, 2009, p. 167)

5 A RESPONSABILIDADE DA MARINHA DO BRASIL PERANTE A DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS NO MAR

Segundo Mello (2004, *apud* MOTA, 2008), os Estados, através de seus representantes legais, são os responsáveis pelo cumprimento dos regulamentos e das leis inerentes aos espaços marítimos sob sua jurisdição. Para isto, deverão utilizar navios e aeronaves com sinais visíveis do governo ao qual estão servindo, e pelo qual são autorizados a exercer o poder de polícia, em relação às demais embarcações dentro da área jurisdicional.

A ampliação do problema do controle e do cumprimento da lei, no que tange à área de jurisdição, é proporcional ao aumento da PC de um Estado. Neste contexto, a dimensão e o grau de controle que se deseja, em uma área marítima, são dois fatores que irão determinar a necessidade de meios navais e aéreos, para a detecção e detenção, se for o caso, das embarcações que estejam engajadas em atividades ilegais.

Diferentemente da Amazônia Verde²¹, que possui fronteiras fisicamente demarcáveis, os limites jurisdicionais da Amazônia Azul são linhas sobre o mar, que não existem fisicamente. O que define os limites marítimos sob a jurisdição nacional é a existência de navios efetuando patrulhas ou ações de presença (CCSM, 2009).

É vital para as relações comerciais do Brasil que seja mantido o livre trânsito marítimo no Atlântico Sul. Para isto, é fundamental que o Estado possua uma Marinha de Guerra moderna e capacitada para desempenhar as suas tarefas, de modo a assegurar os interesses nacionais (CCSM, [ca. 2008]).

A proteção das áreas jurisdicionais é efetuada pelos meios da MB, a fim de diminuir a vulnerabilidade brasileira com relação ao mar. As ações de patrulha marítima, efetuadas de forma contínua e eficaz, são fundamentais para inibir, ou minimizar, a execução de diversas atividades ilícitas como a pesca e a exploração de recursos minerais por embarcações não autorizadas, garantir a exploração brasileira de suas riquezas e assegurar o controle, a liberdade e a segurança do tráfego marítimo. Neste contexto, Mattos cita que:

[...] deverá haver a criação e a manutenção de um poder dissuasório adequado à estatura estratégica da nação, inclusive, em termos de Atlântico Sul, em face da situação geopolítica do país, mantendo-se a salvo de tensões e confrontações internacionais [...]. Isso, além de garantir o desenvolvimento do tráfego marítimo nacional na região, propiciará a manutenção da segurança na área, minimizando conflitos e tensões (MATTOS, 1989, p. 66).

²¹ Segundo Carvalho, a Amazônia Verde é uma área do território brasileiro, de demais de 4.000.000 km², onde está inserida a região amazônica. (CARVALHO, 2004, p. 8-9).

Para Mota (2008), a MB não possui meios suficientes para proteger a os expressivos recursos naturais da Amazônia Azul.

A Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, demonstra a preocupação do governo brasileiro em relação a essa questão, ao focar ações de médio e longo prazo que têm como objetivo modernizar a estrutura nacional de defesa, a fim de garantir a soberania, a integridade do patrimônio e do território.

A Marinha do Brasil possui como atribuições subsidiárias prover a segurança da navegação e fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos no mar (BRASIL, 1999).

Não se discorrerá aqui sobre o dimensionamento do Poder Naval²² necessário para efetuar o efetivo patrulhamento, bem como as ações de presença, na área de jurisdição brasileira, pois fugiria ao escopo deste trabalho. No entanto, compartilho da opinião de que o atual dimensionamento, em termos de pessoal e material, não é suficiente para que a MB cumpra as tarefas atribuídas.

Segundo Mattos (1989), toda ação nacional requer fins a serem atingidos e meios a serem empregados, que representam os objetivos e o poder de um Estado.

Para O'Connell (1975, citado por BOOT, 1989), a tarefa de vigilância e proteção de uma marinha cresce proporcionalmente em relação à expansão dos fundos marinhos, proporcionada pelo prolongamento da PC de um Estado, gerando uma mudança das políticas de pessoal e de aquisição de novos meios para a força naval.

Assim, para o Brasil ter uma economia forte e estável é necessário garantir a soberania sobre as fontes marítimas de energia, matérias-primas e alimentos existentes nas áreas sob sua responsabilidade. Para isto, o Estado deverá garantir uma adequada capacidade de meios e de pessoal, para que o Poder Naval cumpra a suas as atribuições.

A Convenção estabelece que os Estados deverão cooperar no que diz respeito à repressão da pirataria²³ no alto-mar ou em qualquer outro lugar que não esteja sob alguma jurisdição (ONU, 1982).

Desta forma, a CNUDM aumentou a abrangência das responsabilidades dos Estados, a fim de assegurar a livre e segura circulação do tráfego marítimo. Cabe à MB estar pronta para atuar além da área de jurisdição brasileira.

²² O Poder Naval é o componente militar do Poder Marítimo. (BRASIL, 1994)

²³ A pirataria se caracteriza por atos ilegais de detenção, de violência ou de qualquer depredação cometidos para fins pessoais por passageiros ou pela tripulação de um navio ou aeronave privados, em alto mar ou em outro lugar não submetido a qualquer jurisdição, contra navios, aeronaves e pessoas, ou bens, a bordo dos mesmos. (ONU, 1982, art. 101)

6 CONCLUSÃO

A preocupação dos Estados em garantir e legitimar, através de acordos, o controle das áreas marítimas de interesse está presente desde a Antiguidade, mostrando o elevado valor do mar.

A CNUDM foi de grande importância ao regulamentar a soberania e o direito de soberania dos Estados em relação ao mar, delimitando a extensão e estabelecendo os direitos e deveres, principalmente quanto ao MT, à ZEE e à PC; bem como ao possibilitar a exploração dos recursos vivos pelos Estados sem litoral; ao garantir as liberdades do alto-mar e ao preservar o patrimônio comum da humanidade, criando a Área.

A Convenção procurou estabelecer uma regulamentação a fim de amenizar as possíveis crises internacionais, que poderiam se transformar em conflitos armados, porém, ao tentar proporcionar maiores oportunidades aos Estados sem litoral ou geograficamente desfavorecidas, possibilitou que um Estado ferisse a soberania do outro. Este fato pode ocorrer na medida em que um Estado, motivado por interesses econômicos, venha a questionar a capacidade de aproveitamento da cota de captura dos recursos vivos da ZEE de outro.

Caso o Brasil não organize e desenvolva a sua atividade pesqueira, de forma a usufruir da totalidade das suas cotas, ele terá que autorizar que outros Estados efetuem a exploração das espécies marinhas da sua zona econômica exclusiva. Entretanto, conforme já exposto, mesmo que seja atingido o limite máximo de exploração, o Estado brasileiro está sujeito a interferências externas por motivos econômicos. Assim, fica demonstrada a vulnerabilidade da atividade pesqueira brasileira à interferência externa.

Conforme descrito neste trabalho, fica comprovada a potencialidade e, conseqüentemente, a importância do mar para o desenvolvimento econômico do Brasil, seja como fonte de riquezas minerais, energia, alimento ou como via de transporte para o comércio exterior. No entanto, há de se ter em mente que associada a este valor existe uma dependência, gerada principalmente pelo fato do mar ser a fonte de cerca de 80% do petróleo nacional, bem como por ser uma via de transporte responsável por 95% do comércio exterior.

A limitação do tráfego marítimo ou a paralisação da produção de petróleo no mar teria como conseqüência a escassez de matérias-primas, utilizadas como insumos em algumas indústrias, bem como das fontes de energia como o petróleo e seus derivados. Isto faria com que o parque industrial brasileiro tivesse suas atividades parcialmente interrompidas, acarretando prejuízos econômicos para o Brasil.

Futuramente, a dependência brasileira da sua área de jurisdição irá aumentar, proporcionalmente ao desenvolvimento da produção em larga escala no pré-sal, bem como de novas tecnologias que possibilitem a exploração dos recursos minerais marinhos, como os nódulos polimetálicos do platô pernambucano, de modo a suprir, principalmente, as necessidades de matérias-primas do parque industrial brasileiro.

Para garantir os interesses nacionais há de se preservar adequadamente os recursos renováveis; desenvolver novas tecnologias, a fim de permitir a exploração e exploração dos recursos renováveis ou não; assegurar a segurança no mar; fomentar o fortalecimento da mentalidade marítima da população; e legitimar, perante a CLPC, o direito de soberania sobre toda a área pleiteada relativa a PC brasileira. Assim, será possível, em um mundo cada vez mais globalizado, manter a soberania sobre o mar territorial e, o direito de aproveitamento dos recursos naturais e energéticos da zona econômica exclusiva e da plataforma continental, conforme preceitua a CNUDM.

A Marinha do Brasil possui como uma das suas atribuições subsidiárias fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos no mar. Neste contexto, o aumento da área de responsabilidade brasileira acarreta não só o crescimento do potencial de recursos minerais, energéticos e alimentícios como também uma imensa responsabilidade para a MB, em gerenciar a vigilância e proteção das riquezas existentes, de modo a impedir a execução de atividades ilícitas nesta região.

Para que o Brasil possa defender a soberania e o direito de soberania conquistado nos preceitos do Direito do Mar, é necessário preparar, antecipadamente, a Marinha de Guerra, dotando de meios materiais e humanos, a fim de garantir os interesses nacionais no mar.

REFERÊNCIAS

ASSANUMA, Emerson Costa. Desafio Marítimo Brasileiro. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 129, n. 1/3- jan./mar. 2009, p. 161-188, mar. 2009.

BOOT, Ken. *A aplicação da lei, da diplomacia e da força no mar*. Tradução de José Maria do Amaral Oliveira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1989. 267 p. Título original: *Law, force and diplomacy at sea*.

BRASIL. Decreto n. 1.265 de 11 de outubro de 1994. *Aprova a Política Marítima Nacional*. Brasília, 1994.

_____. Decreto n. 5.484 de 30 de junho de 2005. *Aprova a Política Nacional de Defesa*. Brasília, 2005.

_____. Decreto n. 6.703 de 18 de dezembro de 2008. *Aprova a Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Casa Civil, 2008.

_____. Lei n. 97 de 9 de junho de 1999. *Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas*. Brasília: Casa Civil, 1999.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. Amazônia Azul. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, ano 113, n. 329, p. 8-9, jan. 2004.

CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MARINHA - CCSM. *Amazônia Azul*. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/menu_v/amazonia_azul/amazonia_azul.htm>. Acesso em: 7 abr. 2009.

_____. Brasil irá submeter proposta de Limite Exterior à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU como complementação da proposta original. *NOMAR*. Brasília, n. 797, p. 7, set. 2008.

_____. *O Brasil e o mar*. p. 3, [ca. 2008]. Folheto.

CLEMENTE, Isabel. O petróleo no mar sem dono. *Revista Época*, São Paulo, n. 532, p. 62-63, jul. 2008.

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR - CIRM. *O modelo brasileiro para o desenvolvimento das atividades voltadas para os recursos do mar*. [S.l.:s.n], 2002. 35 p.

COMISSÃO NACIONAL INDEPENDENTE SOBRE OS OCEANOS - CNIO. *O Brasil e o mar no século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do país*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos, 1998. 408 p.

ESCOBAR, Herton. 2 km de sal desafiam tecnologia, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 nov. 2007. Economia, p. B-14.

FALKENHEIN, Frank. *Recursos minerais da margem continental e dos fundos marinhos*. In: PALESTRA PARA O CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA MARÍTIMA, 1990, Rio de Janeiro. *As ciências do mar no Brasil*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 1990. p. 45-56.

FOLHAONLINE – PUBLICIDADE. Entenda o que é a camada pré-sal. *Folhaonline*, [S.l.], 2 set. 2008. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u440468.shtml>. Acesso em: 1 ago. 2009.

MATTOS, Adherbal Meira. *Direito do mar e Poder Nacional*. Belém: CEJUP, 1989. 88 p.

_____. *O novo Direito do mar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. 163 p.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. 1.100 p. *apud* MOTA, Araújo Alexandre. *O Direito internacional marítimo e a Amazônia Azul: legitimação e legalização do controle pela Marinha do Brasil*. 2008. 57 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval – COPPEAD/UFRJ, 2008.

MILHA NÁUTICA. In: CHERQUES, Sérgio. *Dicionário do mar*. São Paulo: Globo, 1999. p. 351.

MOTA, Araújo Alexandre. *O Direito internacional marítimo e a Amazônia Azul: legitimação e legalização do controle pela Marinha do Brasil*. 2008. 57 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval – COPPEAD/UFRJ, 2008.

NOVA PETRONET. *Petrobras inicia produção no pré-sal no Espírito Santo*. Comunicação Institucional, 2008. Disponível em: <http://novapetronet.petrobras.com.br/petronet/appmanager/portal/desktop?_nfpb=true&_Label=detalhe_noticia&contentId=0900c35680006bf0&pageid=conteudo&pageBack=busca_av_resultado&>. Acesso em: 28 jul. 2009.

O'CONNELL, D. P. *The Influence of Law on Sea Power*. Manchester: Manchester University Press, 1975 *apud* BOOT, Ken. *A aplicação da lei, da diplomacia e da força no mar*. Tradução de José Maria do Amaral Oliveira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1989. 267 p. Título original: *Law, force and diplomacy at sea*.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*, de 10 de dezembro de 1982. Montego Bay, Jamaica. Reproduzida na Diretoria de Hidrografia e Navegação. Rio de Janeiro, 1985. 313 p.

PEDROSA, José Julio. Levantamento da Plataforma Continental. *Revista do Clube Naval*, Rio de Janeiro, ano 115, n. 343, p. 4-5, jul. 2007.

PETROBRAS. O primeiro óleo. *Revista Petrobras*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 6-9, maio 2009a. Edição especial.

_____. Tupi entra em campo. *Revista Petrobras*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 10-15, maio 2009b. Edição especial.

SERAFIM, Carlos Frederico Simões. *Os principais aspectos institucionais da política nacional para os recursos do mar*. In: PALESTRA PARA O CURSO DE ESTADO-MAIOR PARA OFICIAIS SUPERIORES, 2009, Rio de Janeiro. *A política nacional para os recursos do mar e a política marítima nacional*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2009. p. 1-103.

SILVEIRA, Fernando Malburg da. Gestão do mar patrimonial jurisdicional. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 129, n. 1/3- jan./mar. 2009, p. 25-38, mar. 2009.

SOARES, Guido Fernando Silva. Legitimidade de uma guerra preventiva, em pleno 2003? *Revista Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra, v. 12, n. 1- jun./jul./ago. 2003, p. 21-26, ago. 2003.

VALOR ECONÔMICO. Países negociam para ampliar seu mar territorial, *Valor Econômico*, São Paulo, 14 maio 2009. Internacional, p. A-9.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. *História do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1997. p. 164-263.

_____. *História geral*. 8. ed. São Paulo: Scipione, 1997. p. 9 e 107.

VILLAÇA, Ronaldo Pereira. *A luta pelo direito do mar*. Natal: ed. do Autor, 2007. 116 p.